Ata da 3ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Araguaína, Estado do Tocantins. Aos doze dias do mês de Março de dois mil e dezoito, às quatorze horas sob a presidência do vereador Marcus Marcelo de Barros Araújo, compareceram os seguintes vereadores: Alcivan José Rodrigues, Aldair da Costa Sousa, Carlos da Silva Leite, Delaite Rocha da Silva, Edimar Leandro da Conceição, Geraldo Francisco da Silva, Gideon da Silva Soares, Israel Gomes da Silva, José Ferreira Barros Filho, Leonardo Lima Silva, Maria José Cardoso Santos, Silvano Faria da Silva, Terciliano Gomes Araújo e Wagner Enoque de Souza. Todos em número de quinze. Havendo número legal o Sr. Presidente declara aberta esta sessão e convida o vereador Israel Gomes para fazer a leitura da Bíblia. O vereador faz a leitura Salmo – 121. O secretario faz a leitura da ata da sessão anterior. Em discussão. Em votação. Aprovado por unanimidade. Correspondências: OF/CM/GVG. Nº010/2018 – Gabinete do vereador Gilmar Oliveira – Assunto: Ausência do vereador nas sessões dos dias 12 e 13 de Março de 2018. Oficio nº005/2018 – Conselho Municipal de Saúde / Secretaria Municipal de Saúde – Sr. Manoel Lucio do Nascimento – Coordenador da CICPP. Assunto: Solicita informações conforme consta no oficio citado. Oficio nº282/2018 – 5ª PJ/ARN – TO – Dra. Araína Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro – Promotora de Justiça. Assunto: Oficio GAB/SUPADM/PLANEJAMENTO/SMS nº353/2018. Oficio 008/2018 – Vereador Delaite Rocha da Silva (Professor Delan) – Presidente da Comissão Permanente Justiça e Redação. Assunto: Solicitação de servidor. Oficio Nº181/2018 – FUNANC (Fundação de Atividades Municipal Comunitária) – Sra. Valdirene dos Santos C. Lopes – Superintendente Geral da FUNAMC. Assunto: Central de Óbitos. O Sr. Presidente solicita que seja distribuída uma cópia do Oficio Nº005/2018 para todos os vereadores e ressalta que com relação ao oficio Nº008/2018 do vereador professor Delan já deixa autorizado o mesmo diz que só irá designar o funcionário que irá se adequar ao que foi solicitado no oficio. Ordem Do Dia: O vereador José Ferreira (Ferreirinha) registra a presença da Ex-vereadora desta Casa de Leis a Sra. Glória Miranda. O vereado Terciliano Gomes registra a presença do Sr. Zequinha. Em seguida o vereador Terciliano Gomes faz um requerimento verbal para que fosse feito alteração da pauta para a apreciação e votação dos seus requerimentos visto que os moradores do setor Alto Bonito estão presentes para acompanhar a votação das respectivas matérias. O vereador Israel Gomes faz um requerimento verbal para que um morador do setor Alto Bonito possa fazer uso da palavra quando estiverem debatendo os requerimentos do vereador Terciliano Gomes. O Sr. Presidente informa que encaminhará s projetos para as comissões e posteriormente colocará as solicitações feitas em votação. Projeto de Lei nº 014/18 – Dispõe sobre a instituição da Ouvidoria Municipal e o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, e dá outras providências. Autor: Executivo Municipal. É feito a leitura em Plenário do referido projeto. Projeto de Lei Nº058/017 – Cria o Programa Municipal "Araguaína Sustentável", de incentivo à microgeração e à minigeração de energia fotovoltaica, bem como políticas públicas ambientalmente sustentáveis, e dá outras providências. Autor: Geraldo Francisco da Silva (Geraldo Silva). Projeto de

Lei Nº063/017 – Institui o Programa de Incentivo à implantação de hortas comunitárias e compostagem no Município de Araguaína. Autor: Geraldo Francisco da Silva (Geraldo Silva). Projeto de Lei Nº064/017 – Dispõe sobre o "Programa de Mobilidade Urbana com uso de Bike" no Município de Araguaína, e dá outras providências. Autor: Geraldo Francisco da Silva (Geraldo Silva). Projeto de Lei Nº066/017 – Dispõe sobre a divulgação do preço e a venda de combustível no Município de Araguaína, e dá outras providências. Autor: Geraldo Francisco da Silva (Geraldo Silva). Projeto de Lei Nº 067/017 – Institui o Programa de Reflorestamento e de reposição de árvores em locais públicos com a Parceria Público-Privada (PPP) no Município de Araguaína, e dá outras providências. Autor: Geraldo Francisco da Silva (Geraldo Silva). Demonstrativo do movimento financeiro da Câmara Municipal referente ao mês de Janeiro de 2018. Demonstrativo do movimento financeiro da Câmara Municipal referente ao mês de Fevereiro de 2018. Os referidos projetos e demonstrativos serão encaminhados ás comissões competentes. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento verbal feito pelo vereador Terciliano Gomes. Sendo aprovado por Unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente coloca também em votação o requerimento verbal feito pelo vereador Israel Gomes. Sendo aprovado por unanimidade. Requerimentos do vereador Terciliano Gomes Araújo: Nº391/018, Nº492/018, Nº493/018, Nº494/018 e Nº495/018. Em discussão. O vereador Terciliano Gomes cumprimenta a todos os moradores do setor Alto Bonito que estão presentes nesta sessão e ressalta que está luta não é uma luta isolada dele e sim de toda essa Casa de Leis e agradece aos vereadores que compareceram na reunião que realizou na semana passada no seu gabinete para tratar sobre esse assunto. Destaca que são 178 famílias e que sugeriu ao Chefe do Poder Executivo Municipal para que este elabore um Projeto de Lei para que a divida imobiliária da referida área seja convertida em crédito imobiliário para que depois os moradores paguem ao Poder Publico os valores parcelados, pois será mais fácil de se chegar um denominador comum. O vereador Terciliano Gomes diz que como a decisão judicial já foi transitada e julgada, há qualquer momento as máquinas do proprietário da área pode chegar para retirar essas famílias do Setor Alto Bonito e que se isso acontecer pode contar seu apoio, pois estará lá no referido setor para tentarem impedir essa ação. Com a palavra o vereador professor Delan destaca que se há acusação tem que haver o direito da defesa, e questiona porque foi colocada a energia elétrica e água no setor se o mesmo é propriedade particular como está sendo dito pelo suposto proprietário da área e destaca ainda que supõe que haja um acordo entre o Poder Público e esse proprietário. Ressalta que não está dizendo, que seja do atual gestor e sim do Poder Público a responsabilidade, pois fez investimentos numa área particular, ou seja, está usando dinheiro publico em algo que é particular e que no seu ponto de vista quem tem que atuar na solução desse problema é o Poder Público. O vereador Gideon Soares destaca que o vereador Delan colocou bem suas palavras, ou seja, o Poder Público não pode investir em área particular. O vereador Terciliano Gomes diz que no processo consta que a área foi transformada em área de interesse especial e que foi feita através de Decreto e que isso foi feito

para enganar esses moradores, pois disseram que eles teriam assistência jurídica e nada foi feito, por isso destaca que a solução seria o projeto de lei referente aos créditos imobiliários. O vereador professor Delan diz que cabe um recurso nesse processo por falta de defesa ampla. Com a palavra o vereador Silvano Faria fala aos moradores do setor Alto Bonito que não desistam que tenham muita fé me Deus, pois conseguirão permanecer nas suas moradias. O vereador Wagner Enoque manifesta seu apoio aos moradores do setor Alto Bonito. O vereador Terciliano Gomes diz que não é uma situação fácil, mas que é preciso que todos tenham união e fé em Deus, pois unidos conseguirão a vitória. O Sr. Presidente diz que como foi autorizado o uso da palavra pelos moradores do setor Alto Bonito, abre a palavra ao Sr. Kaique – Presidente do setor e a Sra. Marisa Gomes – Vice-Presidente do referido setor. Com a palavra o Sr. Kaique agradece por esse espaço e agradece aos moradores do setor Alto Bonito que estão presentes e que é muito importante que permaneçam unidos e que todos continuem confiando na comissão que foi formada. Com a palavra a Sra. Marisa que ressalta que está faltando apoio por parte do Poder Público e por isso estão pedindo esse apoio, pois nada acontece de fato tudo fica apenas no falar é preciso que a decisão final seja tomada e que não seja para amanhã e sim para hoje, pois não estão tendo paz sabendo que a qualquer hora podem tirar as suas moradias e agradece pelo apoio desta Casa de Leis. O Sr. Presidente diz que é preciso achar um caminho para a solução desse problema e que o requerimento do vereador Terciliano Gomes pode ser o inicio desse denominador comum. O vereador Terciliano Gomes ressalta que é preciso que a Secretária da Promoção Social possa montar uma comissão para que fazerem um levantamento com relação as residências do setor Alto Bonito para que possam saber ao certo o tamanho e as benfeitorias que foram feitas para que o estudo referente ao crédito imobiliário possa ser feito corretamente. Em votação os requerimentos do vereador Terciliano Gomes. Sendo aprovados por Unanimidade. A sessão é suspensa. Reaberto os trabalhos. O vereador José Ferreira (Ferreirinha) assume a presidência da Mesa Diretora. O vereador Marcus Marcelo solicita alteração de pauta para a apreciação e votação dos seus requerimentos visto que os moradores do Povoado Garimpinho estão presentes para acompanhar a votação das matérias. Em votação a solicitação verbal feita pelo vereador Marcus Marcelo. Aprovado por Unanimidade. Requerimentos do vereador Marcus Marcelo: Nº466/018, Nº467/018, Nº468/018, Nº469/018 e Nº 470/018. Em discussão. O vereador Marcus Marcelo cumprimenta os moradores do Povoado Garimpinho que estão presentes nesta sessão e destaca que desde já solicita para que um morador do referido povoado possa fazer uso da palavra, pois nada melhor que um morador para expor a real situação em que se encontra o povoado Garimpinho e o que realmente precisam. Destaca que o Povoado Garimpinho é um lugar onde todos devem preocupar de preservar, pois de fato é a única praia que o nosso município tem. O vereador Geraldo Silva parabeniza o autor das proposituras e manifesta seu apoio e o voto favorável. O vereador Alcivan Rodrigues cumprimenta o vereador Marcus Marcelo pela apresentação dos requerimentos e manifesta seu voto

favorável. A vereadora Zezé Cardoso manifesta seu apoio e parabeniza o vereador Marcus Marcelo pela iniciativa de apresentar essas proposituras e registra a presença do seu filho Leonardo. O Sr. Presidente em exercício coloca em votação a solicitação de uso da palavra por um morador do Povoado Garimpinho feita pelo vereador Marcus Marcelo. Sendo aprovada por Unanimidade Com a palavra a Sra. Nilda Távora que cumprimenta a todos os vereadores e agradece por esse espaço, destaca que precisam de estruturas que favoreçam a sustentabilidade das famílias que residem no Povoado Garimpinho, ou seja, necessitam de um projeto para essa comunidade para que a mesma possa ser uma referencia no turismo da nossa cidade e convida a todos que trabalhem juntos para que consigam soluções para esse Povoado e ressalta que o Povoado Garimpinho é um paraíso que recebe pessoas de todos os lugares do nosso país e que precisam de pelo menos uma estrutura mínima para receber a todos e para os moradores que lá residem. Gostaria de agradecer a ex-vereadora Glória pelo carinho e apoio que sempre teve com todos do Povoado Garimpinho ao vereador Marcus Marcelo e a esta Casa de Leis. O vereador Geraldo Silva diz que realmente a luta pelos povoados é algo grandioso e que fala por ser um defensor dos Povoados da nossa cidade e que espera que Poder Público possa olhar com mais carinho para todos os povoados. O vereador Marcus Marcelo diz que irá pessoalmente levar essas proposituras ao Sr. Prefeito Municipal. O vereador Edimar Leandro registra a presença do seu irmão o Sr. Edivan Leandro. Em votação os requerimentos do vereador Marcus Marcelo. Aprovados por Unanimidade. A sessão é suspensa. Reaberto os trabalhos. Ad - Referendum – Nomeação dos Senhores: Carlos Murad – Presidente do IMPAR; João Pedro Miranda dos Reis – Diretor Financeiro do IMPAR e Osanan Moura dos Santos – Diretor Administrativo – de acordo com o Art. 57, da Lei N° 3045/2017. È feito à leitura na integra do Ad-Referendum. Em discussão. Com a palavra o vereador Carlos Silva que cumprimenta os senhores que estão sendo submetidos ao Ad-Referendum, externa o seu respeito aos mesmos, mas destaca que o seu voto é contrário e diz que irá destacar as razões pelas quais irá votar contrário a esse Ad-Referendum. O primeiro motivo é que existe uma divida de 100 milhões de reais do Município junto ao IMPAR e que essas mesmas pessoas já estiveram presentes tentando convencer essa Casa de que essa divida não iria prejudicar o Município, ou seja, sequer estavam preocupados com os servidores e que se trata de uma divida impagável. O segundo motivo é que há vinte servidores aposentados que foram transferidos para o INSS e que não transferiram as contribuições e que essas pessoas tiveram que entrar com ações judiciais e as mesmas foram abandonadas por quem está gerindo o IMPAR e que não era para isso estar acontecendo. O terceiro motivo é que o IMPAR não dispõe de uma Sede própria e não há manifestações para que seja construída uma Sede própria, ou seja, já foi publicado no Diário Oficial o valor do aluguel do imóvel onde funciona o IMPAR e que o valor é de seis mil e setecentos reais por mês e no total de quatrocentos e dois mil. O quarto motivo e que os seus ofícios que foram encaminhados ao IMPAR quando não são respondidos, os que foram respondidos não estavam a contendo do que havia sido

solicitado, mas que isso não e uma característica exclusiva do IMPAR e sim das Secretarias Municipais da atual gestão e que isso é um desrespeito para com a população que representam. E por ultimo ressalta que quando mandam o Ad-Referendum para esta Casa de Leis, as pessoas que estão sendo referendadas já estão no cargo, ou seja, esse Referendum serve apenas para simbolizar algo que já está decidido e que ouve a população dizer que esta Casa de Leis "abaixa a cabeça" para tudo que o Sr. Prefeito manda e pede a todos os vereadores que analisem o que disse pois são fatos graves e que precisam ser vistos com cuidado e por isso o seu voto é contrário a esse Ad-Referendum. Em aparte o vereador Aldair da Costa (Gipão) diz que essa pauta é publicada na sexta feira três dias antes da sessão e que os maiores interessados por essa votação são os servidores públicos municipais e que os mesmos não estão presentes, ou seja, isso mostra que os servidores não estão pondo em duvida a administração do IMPAR. O vereador Carlos Silva diz que discorda do vereador Aldair, pois os vereadores são eleitos para representar o povo e os servidores estão muito ocupados trabalhando e estes elegeram os vereadores para representá-los. O vereador Terciliano Gomes diz que quando o vereador Carlos Silva protocolar um requerimento solicitando uma auditoria uma investigação dentro do IMPAR irá votar favorável, mas como nada foi proposto não se pode afirmar algo que não se tenha provas. Diz que os senhores que hora estão sendo referendados estão sendo reconduzidos e que os números do IMPAR mostram que são pessoas que estão preparadas para continuarem á frente do IMPAR e por isso votará favorável, mas que gostaria de comungar com o vereador Carlos que não precisa que este Plenário esteja lotado de servidores para poder se posicionar a respeito dessa matéria. O vereador Aldair da Costa (Gipão) destaca que as gestões hoje estão muito amarradas e que as Contas do Sr. Prefeito Ronaldo que ainda não foram aprovadas já tem os Pareceres Técnicos favoráveis do Tribunal de Contas e que não se pode julgar pessoas sem que se tenha como provar. Com a palavra o vereador Israel Gomes manifesta seu voto favorável. O vereador Carlos Silva diz que não está aqui para julgar pessoas e sim as suas ações frente ao Instituto de Previdência dos Servidores e destaca que em nenhum momento discutiu parcelamentos e que mencionou se tratar de uma divida impagável e que a maior divida gerada pelo IMPAR foi nas administrações do Sr. Prefeito Ronaldo e que não chamou está Casa de omissa, e que a "carapuça" só serve para quem abaixa a cabeça e caso não sirva erga a cabeça e fale que está nesta Casa de Leis para representar o povo. O vereador Terciliano Gomes diz que como falou antes caso algum vereador apresente um documento para que seja feito uma Auditoria no IMPAR irá votar favorável a esse requerimento, mas como nada foi proposto manifesta seu voto favorável ao Ad-Referendum. O vereador Carlos Silva diz que os relatórios das dividas foram fornecidos pelo próprio IMPAR e que o vereador Terciliano Gomes pode ter certeza que irá apresentar o requerimento para que seja feita uma Auditoria no IMPAR. O vereador Silvano diz que o seu voto é contrário a esse Ad-Referendum, pois o IMPAR está igual ao IGEPREV do Estado. Com a palavra o vereador professor Delan pede que seja lido o Parecer das Comissões. É

feito a leitura do referido parecer conforme solicitação feita pelo vereador professor Delan. Com a palavra o vereador professor Delan diz que sempre defendeu que seja feito o processo de alternância e pergunta qual a razão da divida se o montante dobrou de valores e qual a razão dos parcelamentos e que esta Casa de Leis aprovou uma Lei genérica que não apontava valores e que o vereador Carlos Silva tem suas razões de fazer tais apontamentos. O vereador Aldair da Costa (Gipão) ressalta o Artigo 151 do Regimento Interno que garante o encerramento da discussão, mas que gostaria de pedir permissão para que o Sr. Osanan que é funcionário concursado do município e que está sendo referendado, possa fazer uso da palavra, visto que, está percebendo que os questionamentos estão sendo feitos com relação ás pessoas que estão sendo referendadas. Em votação a solicitação do vereador Aldair do uso da palavra pelo Sr. Osanan. Sendo aprovado por Unanimidade. Com a palavra o Sr. Osanan que agradece a todos desta Casa de Leis pela forma respeitosa que sempre tiveram com a sua pessoa e com todos que estão no IMPAR. Diz ao vereador Carlos Silva que o IMPAR tem dezenove anos e que afirma a todos da sua responsabilidade para estar no Instituto e que sempre defenderam os servidores e que podem sim requererem Auditoria no IMPAR, pois estão sempre passando por Auditórias do Ministério da Previdência e fala ao vereador Carlos Silva que uma coisa que nunca teve foi vocação para ser não desonesto. Ressalta que quem propõe os parcelamentos é o Executivo Municipal e não o Instituto, pois pelo que foi dito, ficou parecendo que estão querendo dar um jeitinho e isso não procede e que lhe entristece muito ver a forma como o vereador Carlos Silva os colocou por estarem a frente do Instituto e que todas as informações solicitadas pelo vereador Carlos Silva foram sim respondidas. O vereador Carlos diz que em nenhum momento disse que alguém era desonesto. O vereador Marcus Marcelo reassume a presidência da Mesa Diretora e informa a todos que como não foi solicitada a prorrogação da sessão o tempo regimental da sessão se esgotou. O Sr. Presidente solicita da secretaria da Casa que coloque as matérias da pauta de hoje que não foram votadas para a sessão de amanhã e declara encerrada esta sessão. Para constar lavrou-se esta ata que depois de lida e aprovada será devidamente assinada.